

O ANTIAMERICANISMO ENTRE OS MONARQUISTAS COMO FORMA DE COMBATE À REPÚBLICA (1889-1917)

THE ANTI-AMERICANISM BETWEEN THE MONARCHISTS AS A FORM OF COMBATING THE REPUBLIC (1889-1917)

F. R. GIAROLA ^{1,*}

¹ Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), Unidade de Divinópolis, Departamento de Formação Geral, Brasil.

ARTICLE INFO

Article history:

Received 2018-07-12

Accepted 2018-10-15

Available online 2018-10-31

Palavras-chave: Anti-americanismo. Monarquistas. Nacionalidade.

Keywords: Anti-americanism. Monarchists. Nationality.

*Autor correspondente:

E-mail: flaviogiarola@yahoo.com.br

RESUMO. O presente artigo analisa o discurso anti-americanista adotado por alguns monarquistas após a proclamação da República no Brasil. Nosso objetivo é entender as representações dos Estados Unidos entre os restauradores e a forma como eles avaliaram as influências exercidas por este país na República brasileira. Nossa metodologia consiste na análise crítica dos escritos de monarquistas como Eduardo Prado e Joaquim Nabuco, principalmente, que, saudosos do Império e críticos do golpe republicano de 1889, questionaram a aproximação do país a um regime político tradicionalmente associado aos anglo-americanos, denunciando tal atitude como uma sujeição aos interesses imperialistas dos Estados Unidos. Desta forma, ao mesmo tempo em que defendiam a aproximação cultural e política com a Europa e exaltavam o Império como símbolo da singularidade nacional; representavam os Estados Unidos e seus habitantes de forma negativa, questionando suas “verdadeiras intenções” para com os países latino-americanos, além de repudiar sua influência nas nações mestiças de colonização ibérica. Como conclusão, defendemos que, para os monarquistas, o surgimento dos Estados Unidos do Brasil era uma afronta à nacionalidade, por recusar tudo que lhe era peculiar e, ao mesmo tempo, por tentar construir algo novo com base na introdução de princípios alienígenas.

ABSTRACT. This article analyzes the anti-Americanist discourse adopted by some monarchists after the proclamation of the Republic in Brazil. Our objective is to understand the representations of the United States among the monarchists and the way in which they evaluated the influences exerted by this country in the Brazilian Republic. Our methodology consists in the critical analysis of the writings of monarchists such as Eduardo Prado and Joaquim Nabuco, especially, who, wary of the Empire and critics of the 1889 Republican coup, questioned the country's approach to a political regime traditionally associated with Anglo-Americans, denouncing such attitude as a subjection to the imperialist interests of the United States. Thus, they defended the cultural and political approach with Europe and exalted the Empire as a symbol of national singularity. The same time, they represented the United States and its inhabitants in a negative way, questioning its "true intentions" towards the Latin American countries, besides repudiating its influence in the mestizo nations of

the Iberian colonization. In conclusion, we argue that for the monarchists, the emergence of the United States of Brazil was an affront to nationality, refusing all that was peculiar to it, and at the same time trying to build something new based on the introduction of alien principles.

INTRODUÇÃO:

A implantação do sistema republicano no Brasil, após o golpe de 1889, significou uma maior aproximação diplomática e econômica com os Estados Unidos da América. De acordo com Armando Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno, a República provocou uma ruptura com a política exterior que vinha sendo posta em prática pelo Império. “Imediatamente após sua instalação, procurou ser pan-americanista ao buscar a aproximação das nações hispano-americanas e nomeadamente dos Estados Unidos” (CERVO; BUENO, 2012, p. 164). O país deixava de ser uma monarquia isolada no continente e tornava-se uma República presidencialista nos moldes da maior parte de seus vizinhos. Para os defensores do novo regime, isso representava uma inserção da nação na rota do progresso, uma vez que tomavam o modelo *ianque* como referência de desenvolvimento bem sucedido de uma nação com história relativamente recente.

Essa postura já estava explícita desde o Manifesto Republicano de 1870, cuja frase “somos da América e queremos ser americanos” (2009, p. 58) deixava evidente o desejo de voltar-se para o continente no qual a nação fazia parte, em oposição ao Império que, segundo as críticas, voltava-se para a Europa. De acordo com o documento, o regime monárquico era oposto e hostil aos interesses dos Estados americanos e sua permanência era a fonte de rivalidades e guerras com os povos ao seu redor. A visão do Império enquanto um alienígena político no continente americano, portanto, impunha uma visão histórica que poderia muito bem ser remontada ao período da América Portuguesa, quando a colônia já se formara de forma adversa aos seus vizinhos hispânicos. Nesse sentido, a República não devia medir esforços para transformar o Brasil em uma nação da América, aliada aos interesses e à identidade da região.

Para Cervo e Bueno, dois aspectos do Manifesto merecem atenção: a exclusividade que seus mentores deram à organização política do Brasil para o diagnóstico de sua situação internacional e o componente de idealismo que os republicanos possuíam sobre assuntos dessa natureza. “Esse romantismo foi traduzido na prática, no primeiro momento após a Proclamação da República, pelo menos no que se refere ao continente americano” (CERVO; BUENO, 2012, p. 164). Deste modo, o americanismo marcou a República nascente como que por antinomia ao europeísmo com o qual se identificava a monarquia. Mesmo que a “americanização” nem sempre se confundisse com “norte-americanização”, a reação à proeminência inglesa nas relações internacionais da nação e a aproximação aos

paradigmas dos Estados Unidos foi constante. “A abolição da escravatura e a adoção do regime presidencialista diminuía a diferença entre os dois países, que tinha também em comum prevenções contra o imperialismo europeu” (CERVO; BUENO, 2012, p. 166).

Segundo Suely R. R. de Queiróz, também entre os jacobinos, grupo de republicanos caracterizado pelo radicalismo, a aproximação com os americanos do Norte se fazia em oposição à Europa. “Deste continente provinham os ingleses arrogantes que dominavam o grande comércio internacional, dele proviera a instituição da Monarquia, tão tenazmente repudiada; dele ainda chegavam continuamente os odiados portugueses...” (QUEIRÓZ, 1986, p. 106).

De outro lado político, estavam os restauradores, monarquistas inconformados com o novo regime e que usavam de estratégias políticas e discursivas para combatê-lo. Desta maneira, as críticas à posição pró-Estados Unidos dos adversários e à sua política exterior, tornaram-se importantes ferramentas usadas pelos defensores do Império. O antiamericanismo dos restauradores era voltado, por um lado, para uma visão negativa das Repúblicas latino-americanas, tidas como tirânicas e militarizadas desde o momento em que conseguiram suas independências diante da Espanha. Por outro, havia a rejeição à aproximação com os Estados Unidos, exemplo da ingenuidade dos republicanos que não percebiam os interesses imperialistas daquela nação. A este último ponto, que encontrou em Eduardo Prado e Joaquim Nabuco seus principais articuladores, daremos enfoque neste artigo.

DISCURSOS ANTIAMERICANISTA ENTRE OS MONARQUISTAS

Eduardo Prado foi um dos restauradores de maior destaque no Brasil, atuando, principalmente, na cidade de São Paulo. Foi também o principal arauto de um discurso anti-americano entre os monarquistas. Sua grande crítica era quanto à tendência de imitar os Estados Unidos, que contagiava o Brasil e já havia contagiado as nações da antiga América Espanhola. Porém, sua antipatia com relação ao país não era nova. Pelo contrário, ela pode ser percebida antes mesmo da Proclamação da República. Ao visitar os Estados Unidos, ainda jovem, teceu uma descrição bem negativa de seus habitantes: “Nos americanos começa cedo a má educação, e, uma vez crescidos, não desmentem o que forma em pequenos” (PRADO, 1902, pp. 189-190).

Afonso Arinos, também monarquista, em seu discurso de posse na *Academia Brasileira de Letras*, afirmou que a rejeição aos norte-americanos, por parte de Eduardo, era um reflexo de seu apego às tradições nacionais. Seu amor pelo passado e pelos hábitos singulares da nação fazia com que “ele se revoltasse contra o desprezo da história e da tradição, contra o desprezo dos velhos costumes, a queda das instituições anglo-saxônicas da América do Norte ao nosso país” (ARINOS, 1903). Deste modo, para Arinos, o

brasileirismo e o conservadorismo de Prado faziam com que visse a introdução de princípios exóticos no Brasil e na América Latina como renegação das raízes de sua “raça” e de seu passado, “sacrificando ao princípio insensato do artificialismo político e do exotismo legislativo” (ARINOS, 1903).

Esse sentimento ficou exacerbado após 1889. Em seu livro *Fastos da ditadura militar no Brasil*, chegava a reconhecer certos valores positivos do republicanismo estadunidense, como a liberdade civil e a valorização das leis, mas fazia isto somente para mostrar o quanto a República no Brasil não passava de uma paródia, na qual o espírito ditatorial havia dominado. O autor destacou a arrogância dos norte-americanos, aos olhos dos quais, o novo regime brasileiro era tratado como uma piada. A Monarquia havia mantido algum respeito, principalmente em função da figura do “imperador ilustrado”. Já a República era tida como regime suficiente para os mestiços sul-americanos, “a quem os homens do Norte se referem sempre com orgulhoso desprezo, como se os povos da parte austral do continente fossem uma raça inferior, incapaz das altas virtudes que a liberdade exige, e que só florescem debaixo da bandeira estrelada” (PRADO, 1923, p. 178).

Foi, contudo, o livro *A ilusão americana* que sistematizou as linhas argumentativas do ataque de Prado ao americanismo republicano. Publicado pela primeira vez em 1893, foi proibido uma hora após ser posto à venda, segundo relato de Rui Barbosa. A censura entendia que aquelas ideias não se voltavam apenas contra a política exterior do novo regime, mas também clamavam pelas raízes lusas da nação e mostravam a incompatibilidade entre Brasil e Estados Unidos.

Isto não estava incorreto. Eduardo Prado acreditava que havia um abismo que separava ambas as nações. A distância entre as duas podia ser percebida não apenas pela geografia, mas também “pela raça, pela religião, pela índole, pela língua, pela história e pelas tradições de nosso povo” (PRADO, 1893, p. 03).

Curioso que todos estes aspectos levantados por Prado encontrariam respaldo na visão de nacionalidade de um grupo de monarquistas-católicos nucleado em São Paulo, cujos principais argumentos foram produzidos após o lançamento do livro do autor (GIAROLA, 2015). Enquanto o Brasil era caracterizado pelas raças diferentes e pelo passado miscigenado, os Estados Unidos, ao contrário, criaram uma cultura segregacionista e racista, que havia permitido a predominância europeia. A religião católica que transpassou a formação da nacionalidade brasileira contrastava com o protestantismo dos norte-americanos. A língua era o português, derivado do latim e com contribuições significativas das “raças” indígenas e africanas, ao contrário do inglês falado no Norte, síntese de diversas tribos e povos que dominaram as Ilhas Britânicas (celtas, romanos, anglos, saxões, vikings, normandos), mas que, na América, rejeitou a contribuição de outras culturas. A história brasileira era marcada pela importância do catolicismo, pela atuação jesuítica que permitira

a fusão pacífica de povos diversos. Nos Estados Unidos, o protestantismo não favorecia as mesclas e, ao contrário, pregava a expansão territorial pela via do extermínio. Por fim, as tradições “luso-índio-negróides” do Brasil eram completamente diferentes das tradições protestantes que configuraram as feições das treze colônias inglesas.

Tendo isto em vista, a implantação do sistema republicano no Brasil era incoerente com a nacionalidade. “As sociedades devem ser regidas por leis saídas da sua raça, da sua história, do seu caráter, do seu desenvolvimento natural” (PRADO, 1983, p. 25). Ao contrário das repúblicas surgidas da independência das colônias espanholas, o Brasil havia sido o único que mantivera o respeito por suas tradições e índole histórica ao escolher o sistema monárquico de governo. Quando artificialmente tentou-se impor ao país a fórmula norte-americana, o resultado foi a perda da liberdade construída em 70 anos de Império.

O argumento racial é constante na escrita de Prado. A República no Brasil estava fadada ao fracasso por ser a tentativa forçada de implantar no país “as instituições de uma raça estranha” (PRADO, 2003, p. 34). O conceito de raça está, portanto, relacionado à formação cultural e política de determinada nação, o que leva à conclusão de que cada substrato racial cria suas próprias bases de organização que lhe são peculiares e avessas a influências exteriores. O sistema republicano era uma forma de governo adequada apenas para os Estados Unidos e não era ele que explicava ou determinava o desenvolvimento daquela nação, ao contrário do que defendiam os republicanos. Na época em que escreveu a obra, Prado acreditava na superioridade do anglo-saxão que havia colonizado os Estados Unidos, o que, aliado ao clima favorável daquela região, tinha possibilitado o seu rápido progresso. Sendo assim, não “podendo dar-nos o solo dos Estados Unidos, nem as qualidades étnicas do seu povo, houve quem quisesse dar-nos ao menos o seu governo, isto é, o que de menos invejável tem a grande nação” (PRADO, 2003, p. 130). Mais tarde, Eduardo Prado iria rever sua postura de certo modo pessimista quanto à raça nacional e identificar um êxito nacional no passado, na vitória sobre o território hostil que faria do Brasil um “triumfo nos trópicos”. Todavia, sua perspectiva racista manteria a ideia de que a Monarquia seria a única forma de governo eficiente em uma nação marcada pela fusão de povos diferentes.

As diferentes formações raciais também refletiam em diferentes características de “caráter” de cada nacionalidade. Os americanos seriam marcados pelo “espírito de violência”, cujo exemplo maior estava na necessidade de uma guerra civil para resolver o problema da escravidão, em claro contraste com a resolução pacífica dos brasileiros. Esta via nacional era uma amostra do espírito latino transmitido aos brasileiros, “mais ou menos deturpado através de séculos e dos amálgamas diversos do iberismo, é um espírito jurídico que vai, é verdade, à pulhice do bacharelismo, mas conserva sempre um certo respeito pela vida humana e pela liberdade” (PRADO, 2003, p. 134).

Essa diferença das “raças” fazia com que as poucas mesclas “raciais” ocorridas nos Estados Unidos fossem infrutíferas. Ao contrário do que havia ocorrido no Brasil, a mistura dos norte-americanos com as “camadas inferiores da população rural” não era fator de progresso. O norte-americano mesclado “age sobre o meio e o meio age sobre ele, havendo uma comunicação recíproca de defeitos que afoga as qualidades de ambos” (PRADO, 2003, p. 135).

A obra de Eduardo Prado ficou marcada também pela ênfase nas “reais” intenções dos norte-americanos sob a América Latina. O autor restaurador foi um dos primeiros intelectuais brasileiros a fazer uma análise crítica da Doutrina Monroe (1823). As nações sul-americanas, movidas pela ingenuidade, viam naquela declaração um compromisso formal, solene e definitivo de aliança com os Estados Unidos. Para Prado, porém, esta aliança era tão sensata “como a do pote de ferro com o pote de barro” (PRADO, 2003, p. 17).

Muito distante do aliado imaginado, os Estados Unidos era um inimigo a ser temido e o maior exemplo disto estava na situação do México:

A má-fé do governo de Washington começou com a questão do Texas. Favoreceu quanto pôde a revolta daquele território, animou-o a separar-se do México para mais depressa absorvê-lo e depois declarou guerra ao México, verdadeira guerra de conquista, humilhou aquela república até ao extremo, e arrebatou-lhe metade de seu território. Ó fraternidade! (PRADO, 1893, p 12).

Seguiam-se outros exemplos da atuação dos Estados Unidos na América Central, no Peru, no Amazonas, no Havaí, entre outros, que comprovavam que a águia, símbolo daquele país, tinha a intenção de dominar “as solidões geladas do polo, os vales profundos dos Andes, as planuras do Amazonas, a vastidão dos pampas e o infinito dos mares”. Em artigo de 1898, escrito para a Revista Moderna, de Portugal, Prado retomou os argumentos questionadores da “fraternidade” dos Estados Unidos para com os países latino-americanos. O autor destacou o interesse dos estadunidenses por Cuba, visualizando que o seu destino seria a futura anexação aos seus vizinhos mais poderosos. Importante que, nestas linhas, Eduardo Prado expunha situações sobre a difícil realidade dos países vizinhos aos Estados Unidos, que depois seriam amplamente debatidas pelos diversos nacionalistas e anti-imperialistas latino-americanos ao longo do século XX. No mesmo artigo, também mostrou sua preocupação com os negros cubanos que, após essa eventual submissão aos estadunidenses, “serão tratados como os homens de cor são tratados nos Estados Unidos”, sujeitos a todo tipo de ódio racial (PRADO, 1904, p. 376).

Haveria também uma prepotência inerente aos Estados Unidos, que ficava clara na própria maneira daquele país utilizar a palavra “América”. Segundo Prado, para Washington, aquele léxico significava apenas a parte do continente que obedecia ao seu governo. Os

norte-americanos desprezavam as nações latino-americanas, ridicularizando suas trágicas tentativas de imitá-los.

No caso brasileiro, em particular, os Estados Unidos jamais havia prestado nenhum tipo de ajuda ao país, ao contrário da Inglaterra, responsável por empréstimos ao governo, investimentos em vias férreas e nas indústrias nacionais. Fica clara, portanto, a opção do autor pela sujeição à órbita inglesa, percebida como mais próxima das tradições nacionais, pela sua participação efetiva em momentos diversos da história pátria e pelo sistema monárquico. Esta postura também buscava uma continuidade com a política exterior do Império, em oposição à da República. Também pesava muito em favor dos ingleses os financiamentos e auxílios econômicos advindos da Monarquia britânica. “O Brasil era pobre quando iniciou a sua existência, era despovoado, tinha às portas inimigos ameaçadores, tinha problemas internos gravíssimos – e a Inglaterra teve confiança no Brasil, a Inglaterra nos confiou seus capitais, mesmo em épocas críticas” (PRADO, 1893, p. 123).

Era, portanto, a Europa Ocidental o grande referencial de Prado. Ele tinha o Velho Mundo como verdadeiro modelo de civilização e progresso a ser seguido. Ali cuidava dos mais importantes negócios de sua família e sua formação havia sido realizada com referenciais europeus. Também o atraía as recordações do período em que vivera em Paris e tivera a oportunidade de estabelecer contato com diversos círculos de intelectuais.

Contraditoriamente, o grande apreciador dos padrões de vida elevados pela burguesia no século XIX não deixou de criticar os “abusos do capitalismo”, protegidos pela forma republicana burguesa, “como existe na França e nos Estados Unidos” (PRADO, 1893, p. 89). Novamente, percebe-se uma valorização do passado, na imagem idílica de um Antigo Regime baseado na aliança entre o monarca e a burguesia contra os privilégios dos senhores feudais. “Na vida moderna o capital cresce por si mesmo, cada vez mais se avoluma, e é fora de dúvida que a fatalidade faz com que os ricos fiquem cada vez mais ricos e os pobres, cada vez mais pobres” (PRADO, 1893, p. 89). Essa massa de pobres constituía a massa de operários cujo problema, nos Estados Unidos, não era tratado pelos poderes públicos. Eduardo Prado, todavia, não defende a via revolucionária como alternativa para a resolução dos problemas da classe operária. A Igreja Católica deveria se incumbir dessa missão, através de uma aliança com os Estados Nacionais, usando a via do “socialismo cristão” como alternativa para combate à “burguesia republicana”.

O antiamericanismo de Eduardo Prado, portanto, pode ser sintetizado pelas próprias palavras do autor no final de seu livro:

Que não há razão para querer o Brasil imitar os Estados Unidos, porque sairíamos da nossa índole, e, principalmente, porque já estão patentes e lamentáveis, sob nossos olhos, os tristes resultados da nossa imitação; Que os pretendidos laços que se diz existirem entre o Brasil e a república americana são fictícios, pois não temos com aquele país afinidade de

natureza alguma real e duradoura; Que a história da política internacional dos Estados Unidos não demonstra, por parte daquele país, benevolência alguma para conosco ou para qualquer república latino-americana; Que todas as vezes que tem o Brasil estado em contato com os Estados Unidos tem tido outras tantas ocasiões para se convencer de que a amizade americana (amizade unilateral e que, aliás, só nós apregoamos) é nula quando não é interesseira; Que a influência moral daquele país, sobre o nosso, tem sido perniciosa (PRADO, 1893, p. 139-140).

Joaquim Nabuco, por sua vez, apesar de adiante ter aderido ao regime republicano, foi monarquista nos anos imediatamente posteriores à queda do Império. Era amigo de Eduardo Prado e chegou a manifestar em seu diário o interesse de ter escrito *A ilusão americana*:

A Ilusão Americana, o livro de Eduardo Prado, que eu tantas vezes lhe disse que ia escrever, o que será? O meu era antes – *A Perda de um Continente*. Expus-lhe, porém, por vezes as linhas gerais e disse-lhe que desejava que alguém o fizesse. É um gênero de propaganda em que há muito que fazer (NABUCO, 2006, p. 346).

Por conta disto, Nabuco também foi um dos defensores da ideia de que a República era um sistema político exótico que jamais vingaria no Brasil. Novamente, contrastam-se duas sociedades: uma formada sob o sol tropical, cujas bases raciais estavam calcadas nas misturas, com a preponderância do elemento luso e da religião católica; a outra, formada em um clima frio, preservando a “pureza racial” e suas raízes anglo-saxônicas e protestantes. Esta última havia adotado o republicanismo por melhor condizer com suas características excepcionais no continente americano e por lhes faltar um elemento dinástico que viabilizasse a Monarquia. “Não somos os Estados Unidos” (NABUCO, 1890, p. 19), por isso, a implantação forçada da República não poderia levar a outra coisa se não à ditadura e à guerra civil.

Do mesmo modo que Prado, Nabuco tinha preferências pelas instituições inglesas, em todos os aspectos superiores às instituições norte-americanas. A política americana era marcada, entre outras coisas, pela falta de escrúpulos, pela busca imoral ao lucro, pelo personalismo e por vícios diversos. A Monarquia parlamentar inglesa, ao contrário, muito se aproximava das descrições e das apologias feitas pelos restauradores à monarquia brasileira: garantidora da liberdade, moralizada, tradicional e cujo principal objetivo era o bem da nação. “Comparando os dois governos, o norte-americano ficou-me parecendo um relógio que marca as horas da opinião, o inglês, um relógio que marca os segundos” (NABUCO, 1949, p. 28).

Joaquim Nabuco deu grande ênfase às diferentes formas de escravidão entre o Brasil e os Estados Unidos, perspectiva que perdurou por muito tempo na historiografia nacional e entre vários brasilianistas. Sua argumentação ajudou a impulsionar os estudos

que bipolarizaram a escravidão em torno da oposição entre a violência das relações escravistas entre os estadunidenses e a brandura das mesmas no Brasil. Em sua análise, estas diferenças também podiam ser traduzidas para o campo político. De um lado, uma República que se baseia na superioridade de uma “raça” sobre a outra; do outro, uma Monarquia que havia se sacrificado em prol da causa abolicionista. Neste sentido, a República no Brasil teria surgido da indignação de alguns setores com relação ao fim do trabalho servil, o que comprovava a ligação entre este sistema político e o escravismo.

Ao defender a Monarquia brasileira, dizia que a realeza “esforçou-se entre nós o mais que pôde por diminuir o sentimento de superioridade da raça” (NABUCO, 1895, p. 07). Para Nabuco, os negros eram gratos à Coroa por esta ter se sacrificado para que houvesse a libertação de todos os escravos no Império. Enquanto isso, na República norte-americana a desigualdade entre as cores era um fato evidente:

Nas monarquias absolutas do Oriente esse sentimento não existe. É só nos Estados Unidos que o negro, o mulato, seja um dos oradores mais eloquentes de seu tempo, um representante diplomático de seu país, como era Frederico Douglas, não entrará em um hotel, em um teatro, em uma escola, em uma igreja frequentada por gente branca. Os negros e os seus descendentes, qualquer que seja a mistura de sangue branco, forma na grande República de que somos a paródia uma casta inferior, ainda mais repulsiva para os brancos do que os párias para os brâmanes (NABUCO, 1895, p. 9).

Esse tipo de comparação também foi feita por outro restaurador, Afonso Celso, que defendera que as diferenças entre as relações raciais das duas nações já podia ser percebida no período colonial:

Já nos tempos coloniais, determinava o rei (provisão de 9 de maio de 1731) que o acidente da cor não constituía obstáculo para que um homem exercesse o cargo de procurador da coroa. Por alvará de 12 de janeiro de 1733, aprovava ter um governador alistado, nos corpos de infantaria de ordenanças, pardos com brancos, sem distinção, confiando que os primeiros o servissem com o mesmo zelo e fidelidade dos segundos. Nos Estados Unidos, mesmo agora, a desigualdade social entre pretos e brancos subsiste até depois da morte: em certos lugares há cemitérios diferentes para uns e outros! Durante o reinado de D. Pedro II vários descendentes de africanos mereceram condecorações e títulos nobiliárquicos (CELSO, s/d, pp. 71-72).

Prado igualmente falou do racismo nos Estados Unidos, apontando o desprezo esmagador que o cidadão branco tinha pela população negra. O autor explorou o tema da segregação, que obrigava o negro a procurar igrejas e escolas especiais, uma vez que eram proibidos de frequentar os mesmos ambientes dos brancos. Também não haveria justiça para os negros e, apesar de terem o direito de votar, quando exercem esse direito de modo a contrariar a elite branca, são mortos ou afugentados (PRADO, 1904, pp. 377-378).

O que estava em torno destas afirmações de Nabuco, Celso e Prado era a contestação à ideia de igualdade pregada pelos Estados Unidos, fundamento de sua estrutura republicana. Aquilo que Joaquim Nabuco chamou de “sentimento de desigualdade das cores” (NABUCO, 1895, p. 09) manifestava-se não apenas no trato com os negros, mas nas atitudes diplomáticas com seus vizinhos próximos, México e Cuba, e com imigrantes:

É preciso não esquecer, tratando-se do norte-americano, que a igualdade humana para ele fica dentro dos limites da raça; já não falando do chin ou do negro – que seria classificado, se vencesse o instinto americano, em uma ordem diferente da do homem – nunca ninguém convenceria o livre cidadão dos Estados Unidos, como ele se chama, de que o seu vizinho do México ou de Cuba, ou os emigrantes analfabetos e os indigentes que ele repele dos seus portos, são seus iguais. Para com estes, o seu sentimento de altivez converte-se no mais fundo desdém que ente humano possa sentir por outro (NABUCO, 1949, p. 177).

Era, portanto, o mesmo sentimento de superioridade já apontado por Prado. Os monarquistas partem de uma visão dos Estados Unidos como uma nação detentora de um ilimitado orgulho, que impossibilita a realização efetiva da igualdade, seja internamente, seja nas suas relações internacionais. A “característica, por excelência do americano é a convicção de que melhor do que ele não existe ninguém no mundo” (NABUCO, 1949, p. 178).

No Brasil, a Monarquia havia incentivado a fusão entre as “raças” e a libertação de escravos por meio da alforria. A República norte-americana, por seu turno, pregava a guerra das raças, da qual o confronto entre nortistas e sulistas fora o maior exemplo. A questão racial servia, assim, como mais um eixo para mostrar as diferenças fundamentais entre o Brasil e os Estados Unidos.

Em 1917, Couto de Magalhães Sobrinho, monarquista atuante na imprensa restauradora de São Paulo, também defendeu o antagonismo entre Brasil e Estados Unidos: “são diversos os destinos de um e outro país, como diferentes as suas origens, a sua língua e os seus costumes, não passando de mero acidente geográfico a situação no mesmo continente” (SOBRINHO, 1917). Na ocasião, o autor questionava a pressão dos norte-americanos para que o Brasil entrasse na guerra na Europa contra a Alemanha. O que nos interessa é o fato de que o antiamericanismo construído entre as décadas de 1890 e 1900 ainda ressoava com força nos discursos dos monarquistas remanescentes, que tentavam encontrar suas últimas forças para atingir uma República cada vez mais consolidada.

Em síntese, o surgimento dos Estados Unidos do Brasil era uma afronta à nação por recusar tudo que lhe era peculiar e, ao mesmo tempo, tentar construir algo novo com base na introdução de princípios alienígenas. Estas ideias antiamericanistas não apenas encaixavam-se perfeitamente no enredo nacional defendido pelos monarquistas, como também o completava. Não era apenas o combate à República que estava em questão, mas

também a defesa de um projeto nacional voltado para as raízes e tradições nacionais. As mesclas raciais, o catolicismo e a Monarquia representavam a verdadeira feição daquilo que era considerado o “ser brasileiro”. A formação da América Portuguesa era diferente da formação da América inglesa, o que havia refletido em sociedades distintas que exigiam regimes políticos distintos.

Deste modo, a representação negativa dos Estados Unidos entre os restauradores permitia negar a cisão com o passado e dignificar os valores considerados realmente nacionais. Em outras palavras, nada havia a ser invejado dos nossos vizinhos do Norte, pois havíamos construído uma grande civilização nos trópicos, que estava em processo de regressão após o golpe de 1889. A solução era restaurar a Monarquia e, com ela, todos os elementos de nossa grandeza.

REFERÊNCIAS

ARINOS, Afonso. *Discurso de posse do Sr. Afonso Arinos na Academia Brasileira de Letras*.

Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/afonso-arinos/discurso-de-posse>> Acesso em 07 de dez. de 2017.

BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

CELSO, Afonso. *Porque me ufano de meu país*. Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro Editor, [s.d.], 4ª edição revista.

CERVO, Armado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006.

GIAROLA, Flávio Raimundo. *Do “triunfo nos trópicos” ao “fim da civilização”: “raça”, história e nacionalidade na perspectiva dos intelectuais monarquistas-católicos (1889- 1917)*. Belo Horizonte, 2015. 311 f. Tese (Doutorado em História), FAFICH, Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

MANIFESTO REPUBLICANO. In: *Cadernos ASLEGIS*. Brasília, nº 37, pp. 42-60, maio/agosto 2009.

NABUCO, Joaquim. *Porque continuo a ser monarchista*. Londres: Abraham Kingdon & Newnham, 1890.

_____. *O dever dos monarchistas: carta ao almirante Jaceguay*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1895

_____. *Minha formação*. São Paulo: Gráfica Editora Brasileira Ltda, 1949.

_____. *A República é incontestável*. In: *A abolição e a República*. Recife: UFPE, Editora Universitária, 1999.

_____. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

_____. *Diários (1873-1910)*. Rio de Janeiro: Bem-te-vi, 2006.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*. São Paulo: s/n, 1893.

_____. *Viagens: América, Oceania e Ásia*. São Paulo: Escola Typographica Salesiana, 1902.

_____. *Collectaneas*. São Paulo: Escola Typographica Salesiana, 1904.

_____. *Fastos da ditadura militar no Brasil*. São Paulo: Livraria Magalhães, 1923.

_____. *A ilusão americana*. Brasília: Senado Federal, 2003.

SOBRINHO, Couto de Magalhães. *Nomes do dia*. São Paulo: Seção de Obras do Estado de São Paulo, 1917.